



SAÚDE / Especialistas cobram do Ministério da Saúde ações mais vigorosas para combater a varíola dos macacos, que cresce rapidamente no país. Número de casos ultrapassa a marca de 4 mil, e doença avança para o interior

Medidas tímidas para conter a monkeypox

» TAINÁ ANDRADE

O Brasil ultrapassou, ontem, a marca de 4 mil casos confirmados de varíola dos macacos (monkeypox), um acúmulo de 160 novos casos em apenas 24 horas, de acordo o Ministério da Saúde. Com o avanço da doença, a atuação do governo federal tem recebido cada vez mais críticas de especialistas em saúde pública pela timidez das medidas adotadas até agora, como a campanha de informações lançada nesta semana no rádio e na tevê.

Alexandre Naime, vice-presidente da Sociedade Brasileira de Infectologia (SBI), alega que, apesar dos anúncios recentes, o governo federal está atrasado nas ações de combate à infecção, e adota uma postura reativa. Para ele, as primeiras providências deveriam ter sido tomadas, pelo menos, dois meses atrás, juntamente com a edição de um decreto de situação de emergência na saúde.

“(A decretação de emergência) seria a solução mais adequada e, mesmo assim, muito atrasada. Mais uma vez, o ministério posterga decisões que deveriam ser adiadas, por terem um impacto direto na disseminação e no controle da doença. A emergência faria com que o país tivesse mais facilidade de alocação de recursos para campanha de prevenção e esclarecimento, facilidade na compra de insumos para diagnósticos e mais facilidade para negociação das vacinas”, exemplificou Naime. “O que deve ser feito é fomentar a educação em saúde para a doença, aumentar a suspensão clínica, aumentar diagnóstico, isolar pacientes e bloquear a transmissão”, apontou.

Brian Wj, Mahty/CDC



Com o avanço da varíola dos macacos, especialistas alertam que está ficando cada vez mais difícil para a saúde pública controlar a contaminação

Epicentro

Na quarta-feira, a Secretaria de Saúde do governo de São Paulo — epicentro da doença, com mais de 2,5 mil casos — adotou medidas sanitárias para prevenção e controle da varíola dos macacos no estado. São orientações para identificação e isolamento dos infectados, e rastreamento de contatos em estabelecimentos de prestação de serviços, como restaurantes,

supermercados, salões de beleza, academias, hotéis e motéis.

“Estamos trabalhando no detalhamento das diretrizes, mas a orientação é que pais ou responsáveis não encaminhem seus filhos à escola caso a criança apresente qualquer suspeita de sinal ou sintoma de varíola dos macacos, como lesões na pele associadas ou não a ínguas, febre, cansaço e dores de cabeça, musculares ou nas costas. Nesses casos, a

recomendação é para que procurem imediatamente a Unidade Básica de Saúde (UBS) mais próxima para avaliação”, alertou a médica da Vigilância Epidemiológica da Coordenadoria de Vigilância em Saúde (Covisa) Melissa Palmieri.

O governo paulista acompanha a evolução do avanço da monkeypox por meio de um comitê próprio de gestão de crise, sem participação do governo federal. Alexandre Naime sugere

que, como essa não é a prática no restante do país, há subnotificação da doença e aumento do risco de descontrole em relação à cadeia de contaminação.

“Fica cada vez mais fácil a transmissão com a doença se interiorizando. Um terço dos casos já está no interior, e vai ficando cada vez mais difícil o controle porque, se já é difícil a contenção em cidades com maiores recursos, imagine em locais com

mais dificuldades. O governo vem costurando lentamente soluções isoladas para dar uma resposta”, alertou o infectologista.

O Ministério da Saúde informou que mantém diálogo com o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems) e a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), vinculada à Organização Mundial da Saúde.



A (decretação de) emergência faria com que o país tivesse mais facilidade de alocação de recursos para campanha de prevenção e esclarecimento, facilidade na compra de insumos para diagnósticos e mais facilidade para negociação das vacinas”

Alexandre Naime,
vice-presidente da
Sociedade Brasileira
de Infectologia

MEIO AMBIENTE

Dia do Fogo sem fim na Amazônia

» ISABEL DOURADO*

A Amazônia registrou, no início desta semana, mais um recorde de incêndios na floresta, com a identificação de 3.358 focos de calor apenas na última segunda-feira. O número é três vezes maior do que o registrado em agosto de dois anos atrás, após mobilização de fazendeiros e madeireiros do Pará para ampliar as queimadas, no que ficou conhecido como Dia do Fogo.

Entre 10 e 11 de agosto de 2019, grupos ligados à expansão agropecuária e à retirada de madeira da floresta organizou, pelas redes sociais, ações coordenadas para atear fogo em vários pontos da floresta, em apoio às políticas de flexibilização das normas ambientais promovidas pelo governo federal.

Naqueles dois dias, a quantidade de focos de calor atingiu níveis alarmantes. O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) detectou 1.457 pontos de incêndio no estado. Na véspera do Dia do Fogo, foram identificados apenas 101 focos na região. No dia 9, porém, o número deu um salto de mais de 700%, passando para 715 pontos de queimadas. Como resultado, agosto de 2019 fechou

com maior número de focos de calor registrados para o mês, até então, na Amazônia, desde 2010.

Impunidade

De lá para cá, pouco foi feito para frear a destruição. De acordo com o Greenpeace Brasil, não houve punição aos organizadores do Dia do Fogo, e as queimadas continuam destruindo áreas cada vez maiores. Segundo o Relatório Anual de Desmatamento no Brasil, do Map Biomas, o Brasil perdeu, entre 2019 e 2021, 42 mil km² de mata nativa, o que equivale à área do estado do Rio de Janeiro.

Na semana passada, uma equipe do Greenpeace sobrevoou algumas áreas do Amazonas e constatou queimadas ativas em terras que foram recém-desmatadas. Na Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) do Rio Manicoré, por exemplo, que sofre forte pressão de grileiros e madeireiros, a destruição soma quase 1,8 mil hectares.

O desmatamento havia sido detectado em março, pelo sistema de monitoramento do Greenpeace Brasil. Em junho, o Observatório BR-319 alertou o Ministério Público Federal (MPF) e o Ministério Público Estadual (MPE) do Amazonas sobre a destruição.

Christian Braga/Greenpeace



Incêndio flagrado pelo Greenpeace na região do Rio Manicoré (AM)

Na avaliação do coordenador da Campanha Amazônia do Greenpeace, André Freitas, o Dia do Fogo tem sido todos os dias. “O Dia do Fogo não acabou, ele começou em 2019, mas, desde o atual governo, nós vemos os números do desmatamento e das queimadas aumentando, além do constante desmonte dos órgãos ambientais”, lamentou.

“Nós temos as informações de que não houve punição (em 2019), e já há (plantações de) soja em algumas áreas. Essas pessoas tomaram a posse dessas terras e vão entrar no mercado (do agronegócio). Fazemos um apelo para que as empresas não adquiram a soja desses produtores ilegais”, pediu Freitas.

Para o professor do Departamento de Geografia (GEA/IH) da Universidade de Brasília (UnB) José Sobreiro Filho, no Brasil quase não há conclusão de inquérito relacionado aos crimes na Amazônia, sejam de natureza ambiental ou contra a segurança de povos indígenas e ambientalistas. “O estado é ausente na condução de pesquisas e apurações mais profundas desses crimes. Quando se investiga a fundo, você vai chegar em milícias agrárias. Não há um cenário de punição e, considerando o presidente (Jair Bolsonaro), hoje temos um cenário de favorecimento para crimes ambientais”, disse.

* Estagiária sob a supervisão de Vinicius Doria

GOIÁS

Professora morta “por vingança” de aluno

O corpo da servidora da rede estadual de educação de Goiás Cleide Aparecida dos Santos, 60 anos, assassinada por um ex-aluno em Inhumas, na Região Metropolitana de Goiânia, foi sepultado na tarde de quarta-feira, sob forte comoção e revolta. Identificado apenas como Henrique Marcos, o acusado de cometer o crime, de 24 anos, é ex-aluno da pedagoga e disse à polícia que “não queria matar, apenas dar um susto nela” e que a atacou “por vingança”.

Cleide Aparecida foi morta a facadas na madrugada do mesmo dia. O suspeito, que estudou com a professora até 2014, foi preso em seguida ao buscar atendimento em um hospital público. A saída dele, às pressas, da casa da professora, foi registrada por uma câmera de segurança. De acordo com a Polícia Civil, Henrique Marcos estava encapuzado e invadiu a casa da vítima por uma janela. Em depoimento, Henrique Marcos disse que sua intenção era se vingar de “brincas” que levou na época em que foi aluno de Cleide, que trabalhava na rede estadual havia 37 anos.

“A Secretaria de Estado da Educação de Goiás (Seduc)

Redes sociais



Cleide Aparecida foi assassinada a facadas por um ex-aluno

expressa suas condolências à família da professora Cleide Aparecida dos Santos, morta de forma brutal na madrugada desta quarta-feira (24), em Inhumas. Manifestamos nossos sentimentos aos filhos, parentes e amigos de Cleide Aparecida e rogamos para que Deus ampare a todos neste momento de dor e tristeza”, lamentou a Secretaria de Educação de Goiás, por meio de nota, a morte da pedagoga.